

CAIXA DE LEIRIA

RELATÓRIO E CONTAS 2007



Caixa de Leiria



CRÉDITO AGRÍCOLA

Caixa de Leiria

-RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	01
1.1 -Evolução da economia nos países do euro	01
1.2 -Evolução da economia portuguesa	01
2. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO	02
2.1 – Estrutura do Activo Líquido	02
2.2 – Passivo e Capitais Próprios	03
3. VOLUME DE NEGÓCIOS	04
4. ACTIVIDADE COMERCIAL	05
4.1 – Captação de recursos alheios	05
4.2 – Crédito	06
4.2.1 – Carteira de Crédito	06
4.2.1.1 – Crédito vincendo	07
4.2.1.2 – Crédito vencido	08
4.2.1.3 – Garantias	11
a) Crédito vivo	11
b) Crédito vencido	11
4.3 – Actividade seguradora	12
5. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO	12
6. GESTÃO DE RISCO	13
a) Risco de crédito	14
b) Risco de taxa de juro	14
c) Risco de liquidez	14
d) Riscos operacionais	14
e) Risco de “compliance”	14
7. ÁREA DE MEIOS	15
7.1 – Recursos humanos	15
7.2 – Recursos tecnológicos e informáticos	15
7.3 – Meios de pagamento	16
7.4 – Rede de distribuição	16
7.5 – Dimensão	17
8. ÁREA SOCIAL	17
9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE	17
9.1 – Análise e decomposição dos resultados	17
9.2 – Produto bancário	21
9.3 – Eficiência	22
9.4 – Rendibilidade	24
10. INDICADORES PRUDENCIAIS	25
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	26

-BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	27
--	----

-ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
--	----

-PARECER DO CONSELHO FISCAL	65
------------------------------------	----

-CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	67
---------------------------------------	----

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 - Evolução da economia nos países do euro

A turbulência nos mercados financeiros mundiais que se verificou a partir do início de Agosto de 2007, provocada pela crise do crédito de elevado risco nos EUA, originou fortes perdas no sector financeiro.

Em termos dos agregados monetários e agregados de crédito não é ainda evidente que a economia europeia tenha sido muito influenciada pelos referidos acontecimentos.

Segundo a opinião do próprio Banco Central Europeu os fundamentos da economia da área do euro permanecem sólidos, não se registando grandes desequilíbrios. A rentabilidade tem sido sustentada e as taxas de desemprego baixaram para os melhores níveis do último quarto de século.

No ano de 2007 o PIB da área do euro cresceu 2,4 por cento, valor inferior em quatro décimas ao que se havia registado no ano anterior.

Em termos de inflação registre-se que a taxa de variação média anual se fixou nos 2,1 por cento que compara com os 2,2 por cento de 2006. Entretanto e no que respeita à inflação a curto prazo, a sua evolução é preocupante já que a inflação homóloga se fixou em Dezembro nos 3,1 por cento, o que configura a continuação da pressão que nos últimos meses do ano em análise se verificou sobre os preços. A estes factos não é alheio o forte aumento dos preços do petróleo e dos bens alimentares, verificado nos últimos meses do ano.

A taxa de juro de referência do Banco Central Europeu terminou o ano nos 4 por cento, mais meio ponto percentual do que no ano anterior. O último aumento ocorreu em Junho, interrompendo-se assim um ciclo de subidas constantes que se vinham verificando nos últimos anos, havendo mesmo pressões para a descida dos juros.

Entretanto o aumento da inflação tem reduzido a margem de manobra do BCE para aliviar o custo do crédito, continuando os seus responsáveis a sustentar que o controlo da subida dos preços é a maior preocupação.

1.2 - Evolução da economia portuguesa

Segundo o Instituto Nacional de Estatística o Produto Interno Bruto português cresceu 1,9 por cento em 2007, mais 0,6 pontos do que em 2006, sendo o mais elevado dos últimos seis anos.

No mesmo período, o volume de negócios do comércio a retalho registou uma taxa de variação homóloga negativa de -1,9 por cento que compara com -0,5 por cento do ano anterior, enquanto que o volume de negócios da área dos serviços cresceu em 2007 cerca de 4,8 por cento.

A taxa de variação anual em 2007 do volume de negócios na indústria foi de 5,6%, 5,3% e 5,5%, para o total dos mercados, para o mercado nacional e para o mercado externo, respectivamente.

De Janeiro a Dezembro as exportações registaram um crescimento de 12 por cento e as importações de 7,8 por cento, determinando uma melhoria de 2,3 pontos percentuais na taxa de cobertura das importações pelas exportações, assumindo-se assim este desempenho como uma importante força dinamizadora da economia nacional.

No ano de 2007 a taxa de inflação média foi de 2,5 por cento, contra os 3,1 por cento que se haviam registado no ano anterior.

A taxa média de desemprego referente a 2007 fixou-se nos 8 por cento, mais 0,3 pontos do que em 2006, atingindo o valor mais elevado desde 1986 e tendo duplicado na última meia dúzia de anos. Algum sinal positivo foi dado no quarto trimestre do ano em que aquele crescimento se quedou pelos 7,8 pontos de percentagem.

No que respeita às finanças públicas merece registo o crescimento de 9,2 por cento das receitas fiscais, o que se traduziu na cobrança de mais de 3 mil milhões de euros. A maior eficiência na cobrança do IRC e o excelente comportamento da cobrança coerciva foram os principais responsáveis pela situação.

Apesar das sensíveis quedas no mercado bolsista nacional nos últimos meses do ano, o índice PSI-Geral apresentou em 2007 uma valorização de 18,3 pontos percentuais.

2. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

A estrutura do activo líquido da Caixa de Leiria não sofreu alterações significativas no exercício de 2007, mantendo-se muito semelhante ao ano anterior o peso relativo das grandes rubricas que o constituem.

O activo líquido da Caixa de Leiria atingiu o valor de 385 181 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2007, tendo aumentado no exercício 8 812 milhares de euros, correspondentes a um crescimento de 2,34 por cento.

2.1 – Estrutura do Activo Líquido

ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO

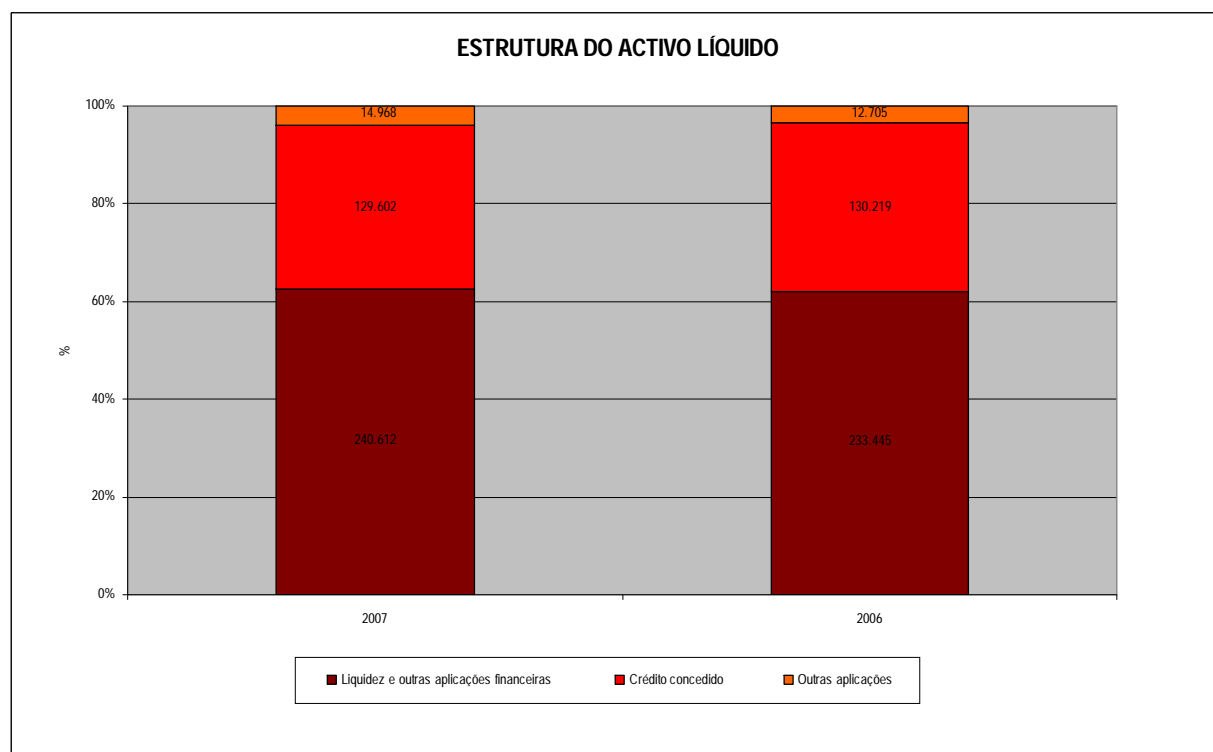
(milhares de euros)

	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	370.213	96,11	363.664	96,62	6.549	1,80
Activos de Liquidez	217.209	56,39	213.511	56,73	3.698	1,73
Caixa e disponibilidades em Bancos	17.333	4,50	20.106	5,34	-2.773	-13,80
Aplicações em I. C.	199.876	51,89	193.405	51,39	6.471	3,35
Crédito Concedido (líq. provisões)	129.602	33,64	130.219	34,59	-617	-0,47
Activos financ. disponív. p/ venda	23.402	6,08	19.934	5,30	3.468	17,40
OUTRAS APLICAÇÕES	14.968	3,89	12.705	3,38	2.263	17,81
Activos não correntes detidos p/ venda	3.723	0,97	3.746	1,00	-23	-0,61
Outras	11.245	2,92	8.959	2,38	2.286	25,51
TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO	385.181	100,00	376.369	100,00	8.812	2,34

As aplicações em instituições de crédito foram a área de actividade que mais contribuiu para o crescimento do activo líquido, registando um aumento de 3,35 pontos percentuais e representando agora 51,89 por cento do total do agregado.

Em sentido inverso variou o saldo do crédito concedido, líquido de provisões, que registou um pequeno decréscimo de 0,47 por cento, contribuindo no fim do exercício com 33,64 por cento para a formação do saldo do activo líquido.

Para além destas duas contas que só por si representam mais de 85 por cento do activo, merece realce o crescimento dos activos financeiros disponíveis para venda que atingiu os 17,4 por cento em relação ao exercício anterior e que já valem mais de 6 por cento do activo líquido.



2.2 – Passivo e Capitais Próprios

(milhares de euros)

Rubricas	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos de clientes e Instituições Crédito	332.712	86,37	330.122	87,71	2.590	0,77
Instrumentos representativos de capital	8.227	2,14	8.669	2,30	-442	-5,10
Outros passivos	3.498	0,91	2.289	0,61	1.209	52,81
Capital + provisões	40.744	10,58	35.289	9,38	5.455	15,46
TOTAL PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	385.181	100,00	376.369	100,00	8.812	2,34

A estrutura do passivo e capitais próprios também não apresenta variações significativas em comparação com o ano anterior.

Os recursos próprios e as provisões foram as rubricas que mais contribuíram para esta evolução.

3. VOLUME DE NEGÓCIOS

O agregado que constitui o volume de negócios da instituição, registou no ano de 2007 um crescimento superior a 7,6 milhões de euros correspondentes a mais 1,08 pontos percentuais.

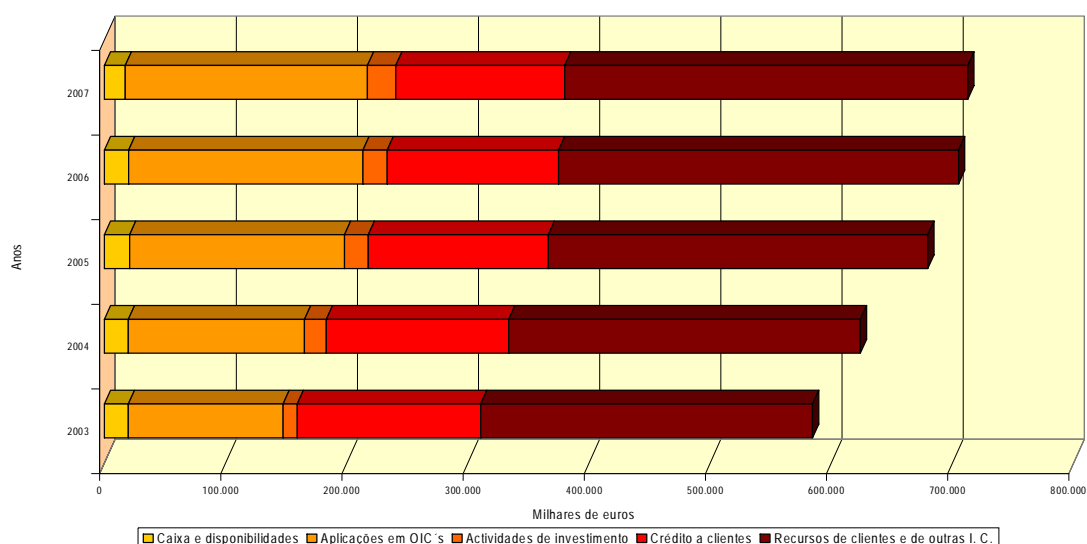
Como se conclui do quadro seguinte as rubricas que mais contribuíram para isso foram os recursos de clientes e as aplicações em instituições de crédito.

FORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	17.333	2,43	20.106	2,85	-2.773	-13,80
Aplicações em OIC's	199.876	28,04	193.405	27,43	6.471	3,35
Actividades de investimento	23.403	3,29	19.934	2,83	3.469	17,41
Crédito a clientes	139.408	19,56	141.546	20,07	-2.138	-1,51
Recursos de clientes e de outras I. C.	332.711	46,68	330.121	46,82	2.590	0,78
VOLUME DE NEGÓCIOS	712.731	100,00	705.112	100,00	7.619	1,08

VOLUME DE NEGÓCIOS



4. ACTIVIDADE COMERCIAL

4.1 – Captação de recursos alheios

Os depósitos de clientes colocados à ordem decresceram no ano em análise 1 462 milhares de euros (-2,03 por cento). O nível de taxas que por natureza remuneram esta modalidade de depósitos, a diminuição dos montantes do crédito concedido e a quebra no volume de negócios do comércio a retalho, podem explicar de algum modo esta variação.

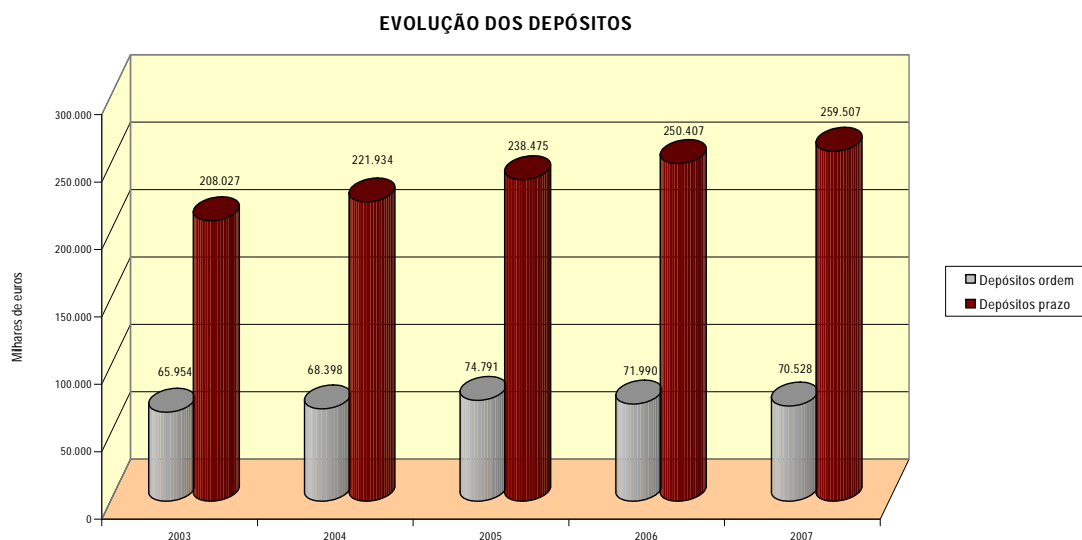
No entanto é convicção da Direcção da Caixa de Leiria que a implementação do serviço de *homebanking*, a disponibilizar nos primeiros meses de 2008, vai contribuir para uma elevação significativa dos saldos das contas de depósitos à vista.

Os recursos captados aos clientes colocados a prazo cresceram mais de 9 milhões de euros, correspondentes a uma evolução de 3,63 por cento, inferior à evolução média dos anos anteriores, o que não constitui surpresa face à conjuntura económica, nomeadamente ao aumento do esforço das famílias para solver compromissos com reflexos óbvios na capacidade de poupança.

A estrutura da carteira de depósitos revela que o montante colocado à ordem representa 21,20 por cento do total dos recursos captados aos clientes.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS ALHEIOS

Rubricas	(milhares de euros)					
	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos ordem	70.528	21,20	71.990	21,81	-1.462	-2,03
Depósitos prazo	259.507	78,00	250.407	75,85	9.100	3,63
Total de rec. clientes e outros empréstimos	330.035	99,20	322.397	97,66	7.638	2,37
Recursos de outras instituições crédito	2.677	0,80	7.725	2,34	-5.048	-65,34
TOTAL RECURSOS	332.712	100,00	330.122	100,00	2.588	0,78



4.2 – Crédito

4.2.1 – Carteira de Crédito

A situação da economia regional não mostrou ainda uma evolução que permita uma alteração sensível dos critérios restritivos que têm pautado a política de concessão de crédito.

Poucas têm sido as propostas de crédito que correspondem a projectos de investimento com características de inovação e qualidade que mereçam o envolvimento da Caixa, dentro de parâmetros de risco aceitáveis.

A maioria dos novos processos deferidos, respeitam a crédito à construção e à aquisição de habitação própria.

CRÉDITO CONCEDIDO

Rubricas	(milhares de euros)					
	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito vincendo	128.012	91,83	128.201	90,57	-189	-0,15
Crédito vencido	11.396	8,17	13.345	9,43	-1.949	-14,61
TOTAL	139.408	100,00	141.546	100,00	-2.138	-1,51

4.2.1.1 – Crédito vincendo

DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO VIVO

(milhares de euros)

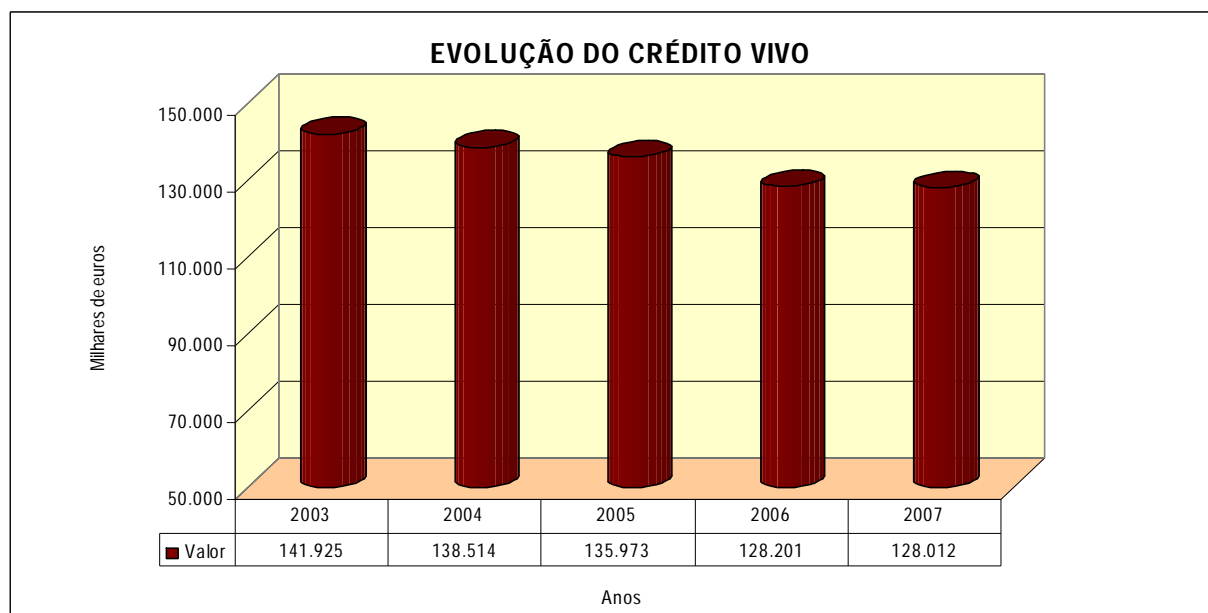
Rubricas	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos + Conta Corrente	82.335	64,32	83.325	65,00	-990	-1,19
Crédito habitação	41.498	32,42	40.502	31,59	996	2,46
Desconto	3.443	2,69	3.661	2,86	-218	-5,94
Juros de crédito a clientes	736	0,57	713	0,55	23	3,40
TOTAL	128.012	100,00	128.201	100,00	-189	-0,15

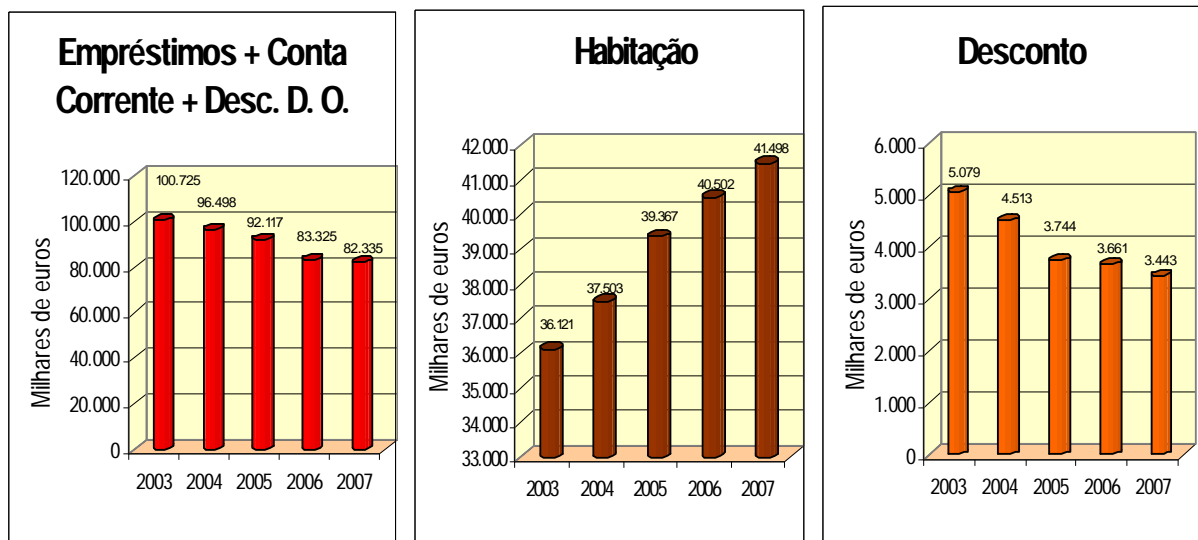
O montante do crédito vivo ainda decresceu no ano de 2007, mas muito menos aceleradamente do que nos três exercícios anteriores, fixando-se essa diminuição em somente -0,15 por cento, quando no ano transacto se tinham registado -5,72 por cento.

Os empréstimos concedidos destinados à habitação própria continuam a crescer dentro dos valores dos anos anteriores, representando cerca de um terço do total do crédito vivo.

Apesar da pressão da concorrência dos grandes bancos, com sistemáticas campanhas de incentivo à transferência dos créditos, a Caixa tem conseguido crescer no sector da habitação que, face às suas características em termos de risco e fidelização lhe interessa preservar.

O desconto de letras tem um peso residual na estrutura do crédito vivo não se pretendendo incentivar um maior envolvimento nesta área.





4.2.1.2 – Crédito vencido

Verificou-se uma acentuada diminuição dos montantes de crédito na situação de vencido e não pago em relação à situação vigente no final do ano de 2006.

Em todas as classes, desde o crédito vencido a menos de três meses até aquele que está nessa situação há mais de três anos, se registam decréscimos que na totalidade representam uma favorável variação negativa que se cifrou em -14,61 por cento.

A estrutura do crédito vencido revela que a classe dos créditos nesta situação há mais de três anos representa 58,84 por cento do total. Efectivamente o peso elevado destes créditos diz respeito a um número reduzidos de devedores, com os processos judiciais a decorrer, a grande maioria suportados por garantias reais, que a exemplo do que já se vem verificando vão permitir um ressarcimento satisfatório das importâncias em dívida, com a consequente anulação das provisões específicas respectivas.

ESTRUTURA DO CRÉDITO VENCIDO POR CLASSES

(milhares de euros)

Rubricas	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I - Até 3 meses	302	2,65	503	3,77	-201	-39,95
II - de 3 a 6 meses	404	3,54	657	4,92	-253	-38,52
III e IV - de 6 a 12 meses	574	5,03	720	5,39	-146	-20,33
V a IX - de 1 a 3 anos	3.412	29,94	3.891	29,17	-479	-12,33
X a XII - mais de 3 anos	6.704	58,84	7.574	56,75	-870	-11,48
TOTAL	11.396	100,00	13.345	100,00	-1.949	-14,61

A relação entre o crédito e juros vencidos e o crédito concedido total baixou 1,25 pontos de percentagem em relação ao ano anterior, cifrando-se agora nos 8,17 por cento.

Se considerarmos somente os créditos vencidos e não pagos há mais de 12 meses esse rácio baixa para os 7,26 por cento, mais favorável do que se verificava há um ano atrás.

As taxas de cobertura por provisões do crédito vencido e não pago, fixaram-se em 98,24 por cento para o crédito vencido total, 100,93 por cento para o vencido há mais de três meses e 110,67% para aquele que se venceu há mais de 1 ano. No ano anterior estas relações era de 95,54 por cento, 99,29 por cento e 111,21 por cento, respectivamente.

Merece registo a evolução do indicador de crédito vencido ajustado, que relaciona o crédito vencido e não pago líquido, com o crédito total líquido, que apresenta neste exercício um valor de 0,99 por cento que compara com os exercícios de 2006 e 2005 em que se fixou nos 1,16 por cento e 1,55 por cento, respectivamente.

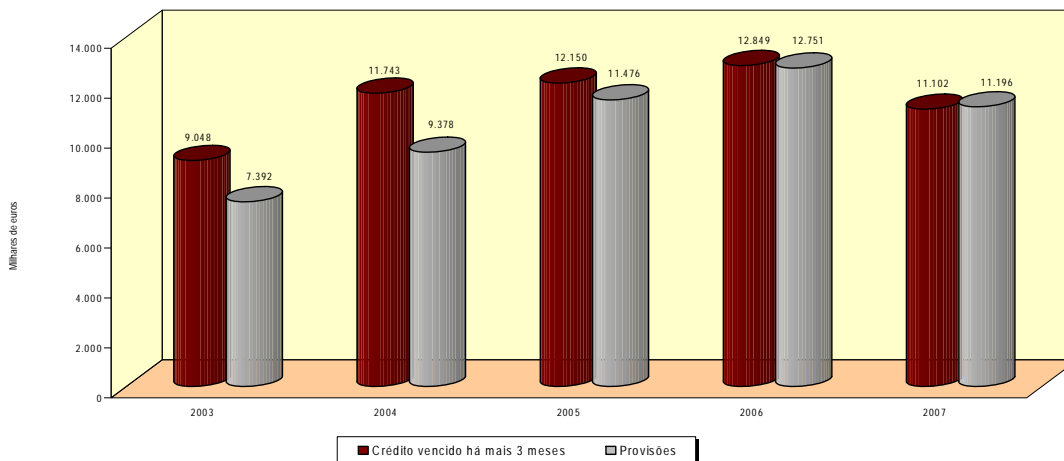
Ao contrário do que se verificou no ano anterior em que o decréscimo do rácio ajustado diminuiu devido ao crescimento das provisões, neste exercício deve-se à diminuição do montante de crédito na situação de vencido.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITO VENCIDO

(milhares de euros)

Indicadores	2007	2006	Variação	
			Valor	%
Crédito concedido	139.408	141.546	-2.138	-1,51
Crédito vencido	11.396	13.345	-1.949	-14,61
Crédito vencido há menos de 3 meses	302	503	-201	-39,95
Crédito vencido há mais de 3 meses	11.093	12.842	-1.749	-13,62
Crédito vencido há mais de um ano	10.116	11.465	-1.349	-11,77
Crédito vencido há menos de 3 meses em relação ao crédito vencido total (%)	2,58%	3,77%	-1,19 p.p.	-31,57
Crédito vencido há mais de 3 meses em relação ao crédito vencido total (%)	97,34%	96,23%	1,11 p.p.	1,16
Crédito vencido há mais de um ano em relação ao crédito vencido total (%)	88,77%	85,91%	2,85 p.p.	3,32
Provisões totais para crédito				
Riscos gerais de crédito	1.390	1.423	-34	-2,37
Crédito vencido e cobrança duvidosa	9.806	11.327	-1.521	-13,43
Total	11.196	12.751	-1.555	-12,19
Rácios do Crédito vencido em relação ao crédito total				
Rácio de crédito e juros vencidos totais	8,17%	9,43%	-1,25 p.p.	-13,30
Idem vencidos há mais de 3 meses	7,96%	9,07%	-1,12 p.p.	-12,29
Idem vencidos há mais 12 meses	7,26%	8,10%	-0,84 p.p.	-10,42
Rácio ajustado (Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido)	0,99%	1,16%	-0,17 p.p.	-14,63
Taxas de cobertura por provisões				
Crédito vencido total	98,24%	95,54%	2,70 p.p.	2,83
Crédito vencido há mais de 3 meses	100,93%	99,29%	1,64 p.p.	1,65
Crédito vencido há mais de um ano	110,67%	111,21%	-0,53 p.p.	-0,48

PROVISIONAMENTO DO CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 3 MESES



4.2.1.3 – Garantias

a) Crédito vivo

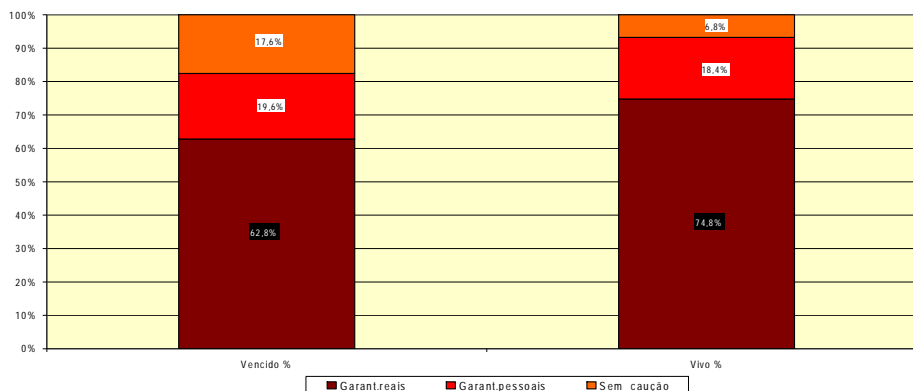
Cerca de 75 por cento do crédito concedido pela Caixa, ainda não vencido, está caucionado por garantias reais, sendo que mais de 18 por cento beneficia de garantias pessoais e menos de 7 por cento não têm agregada qualquer garantia específica.

b) Crédito vencido

Não se registam alterações sensíveis nesta estrutura de garantias do crédito vencido, principalmente pelo facto de os empréstimos mais vultosos nesta situação serem os mesmos do ano transacto.

Como bem se constata pelo esquema seguinte cerca de 63 por cento estão caucionados por garantias reais, 19,6 por cento por garantias pessoais e 17,6 por cento sem garantia adicional específica.

CRÉDITO VENCIDO E VIVO POR TIPO DE GARANTIA



4.3 – Actividade seguradora

A nomeação da Caixa de Leiria perante o ISP-Instituto de Seguros de Portugal, para a qualidade de mediador ligado, foi o acontecimento de maior relevância no exercício de 2007.

A nomeação junto do ISP foi efectuada pela CA Seguros para os ramos “Não Vida” e “Vida”, sendo aquela seguradora que representa e se responsabiliza, em nome da Caixa de Leiria, na contratação e administração de contratos de seguro junto das entidades reguladoras para esta actividade.

O protocolo prevê como parceiros desta Caixa para esta actividade, para além da CA Seguros a Fidelidade Mundial e a AIG Life.

Em termos de produção verificou-se um incremento de apólices contratadas, quer no ramo “Vida”, mais 3,7 por cento, quer no ramo “Não Vida” mais 6,2 por cento.

Em termos de estrutura o ramo “Vida” corresponde a cerca de 23 por cento da carteira de seguros.

SEGUROS

Ramos	2007		2006		Variação	
	Nº apólices	%	Nº apólices	%	Nº apólices	%
Não vida	4.892	77,80	4.608	77,39	284	6,16
Vida	1.396	22,20	1.346	22,61	50	3,71
Total	6.288	100,00	5.954	100,00	334	5,61

5. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

A exemplo de anos anteriores as aplicações em outras instituições de crédito têm constituído o principal destino dos montantes excedentários não aplicados em crédito a clientes, pelas razões de conjuntura já amplamente justificadas.

No exercício de 2007 representam quase duas centenas de milhões de euros, tendo crescido no período cerca de 6,5 mil milhares de euros, correspondentes a um acréscimo de 3,35 pontos percentuais.

Os activos financeiros disponíveis para venda englobam os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital.

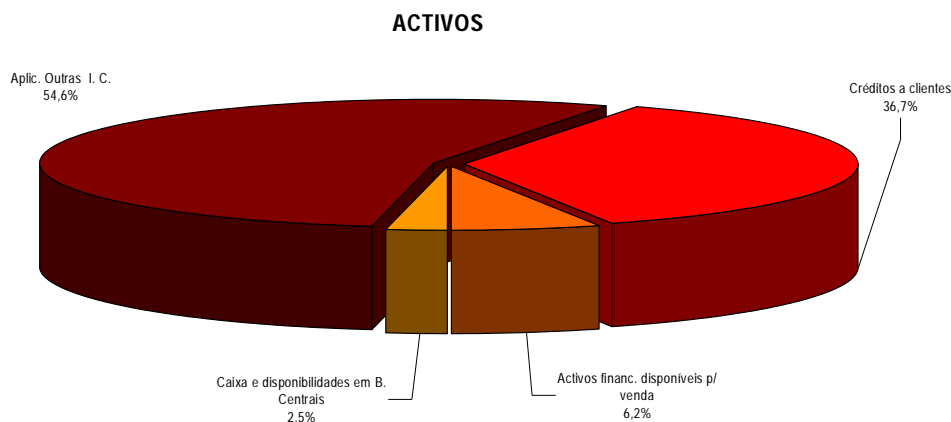
Os instrumentos de dívida, responsáveis exclusivos pelo crescimento de 17,4 por cento da rubrica, integram os títulos do Estado que a Caixa detém.

Os instrumentos de capital, cujo montante se manteve inalterável no exercício e se cifra em cerca de 1213 milhares de euros, são constituídos por títulos de capital da SIBS (99,79 por cento) da SWIFT (0,16 por cento) e da Mapicentro (0,05 por cento).

ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

(milhares de euros)

Rubricas	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	17.333	7,20	20.106	8,61	-2.773	-13,80
Aplicações em OIC's	199.876	83,07	193.405	82,85	6.471	3,35
Actividades de investimento	23.403	9,73	19.934	8,54	3.469	17,40
TOTAL	240.612	100,00	233.445	100,00	7.167	3,07



6. GESTÃO DE RISCOS

Durante o ano de 2007 prosseguiram as actividades de vigilância das áreas funcionais e desenvolvimento do sistema de reporte interno, destinado à avaliação dos Riscos de Crédito, Mercado, Operacional e "Compliance".

O Gabinete de Gestão de Riscos desenvolveu actividades destinadas ao estabelecimento de metodologias e ajuste, nos procedimentos internos de identificação, avaliação e controlo dos riscos, adequados à dimensão e especificidade da Caixa Agrícola de Leiria, necessários para o cumprimento da regulamentação e dos princípios do Acordo Basileia II.

No âmbito do segundo pilar do referido acordo, que trata sobre o processo de revisão de supervisão, foram desenvolvidas as duas primeiras etapas do Modelo de Avaliação de Riscos (MAR), conducentes à determinação do perfil de risco da Caixa de Leiria.

a) Risco de crédito

Em 2007 foram seguidas as metodologias predefinidas para a avaliação do crédito, sendo atribuído pelo Serviço de Análise e Controlo do Crédito um coeficiente de risco. Em simultâneo, foram mantidos os processos de recolha de informação para desenvolvimento das referidas metodologias. Semestralmente a auditoria externa calcula o risco da carteira de crédito para cálculo das provisões económicas.

b) Risco de taxa de juro

Neste período não houve alteração na especificidade de produtos, na forma de captar recursos e das aplicações da Caixa de Leiria, que tenham proporcionado um qualquer aumento da exposição a este risco.

Existe um equilíbrio entre as posições activas e passivas sensíveis a variações das taxas de juro, não sendo as operações activas directamente expostas a indexantes.

c) Risco de liquidez

A gestão exercida sobre a natureza das operações, montantes e estrutura de prazos, proporciona a existência de um volume adequado de activos de curto prazo, com uma quantidade adequada de depósitos facilmente transaccionáveis e com elevada liquidez.

Esta função é desempenhada diariamente por um departamento competente, que actua de acordo com as directivas da Direcção.

d) Riscos operacionais

No âmbito da função de gestão do risco Operacional efectuou-se uma análise funcional à instituição, tendo por base os princípios de repartição das actividades por segmentos de actividade, estabelecidos no Aviso n.º 9 do Banco de Portugal em 2007, em conformidade com a IFRS 8, da qual resultou a identificação das Áreas Funcionais da Caixa de Leiria.

Esta segmentação em conjunto com uma classificação de Tipos de Eventos de Risco Operacional, constituem dois elementos estruturantes do sistema de reporte do Modelo de Gestão de Risco Operacional, definidos durante o ano.

e) Risco de "compliance"

Durante o ano de 2007 foi elaborado o "Manual de *Compliance* da Caixa de Leiria", no seguimento das determinações da Direcção decorrentes da avaliação efectuada, em 2006, à área de riscos desta instituição, definindo a função de "compliance" como uma actividade nuclear da gestão de riscos.

O "Manual de *Compliance* da Caixa de Leiria", para além dos fins pedagógicos que prossegue, pretende constituir-se como um código de boas práticas, quase todas hoje já com força de lei no nosso país. Este manual estabelece o âmbito, competência, rubricas de referência e a monitorização a ser exercida pela função de gestão de Risco de "Compliance".

Em 2007 foi elaborado o "Código de Conduta da Caixa de Leiria" que integra o Manual de Instruções e é de aplicação universal na instituição. Este código, constitui por si só um factor de referência no controlo do presente risco.

7. ÁREA DE MEIOS

7.1 – Recursos humanos

O quadro de pessoal da Caixa Agrícola de Leiria diminuiu em uma unidade no exercício de 2007, não se tendo registado qualquer admissão.

Em 31 de Dezembro a Caixa tinha ao seu serviço 111 trabalhadores.

7.2 – Recursos tecnológicos e informáticos

No decurso de 2007 procedeu-se à implementação de novos desenvolvimentos do software na aplicação bancária “core” para satisfação de imposições legais de autoridades externas ou devido a objectivos internos de melhoria e expansão.

Das intervenções que se enquadram nesta situação destacamos as seguintes:

- Adequação da aplicação bancária ao D.L. n.º 18/2007 para disponibilização e datas-valor para depósitos à ordem em numerário, cheques, outros valores e transferências;
- Adequação do módulo de clientes ao D.L. n.º 381/2007 com aplicação na CAE (Classificação de Actividades Económicas);
- Adequação do módulo de Centralização de Riscos de Crédito à instrução n.º 7/2006 do Banco de Portugal e que permite que se possa informar o banco central de todas as responsabilidades de fiadores e avalistas;
- Adequação dos módulos aplicativos da área de transferências electrónicas ao espaço único de pagamento em euros;
- Adaptação ao novo manual do Banco de Portugal no que se refere ao processamento e envio de dados estatísticos;
- Melhoramento do módulo de aplicação da gestão das TSU;
- Aquisição de módulo aplicativo de software de banca remota para implantação de uma solução de *homebanking*, agregada ao sistema central desta Caixa;
- Evolução do sistema SWIFT para SWIFTNet FIN Phase 2.

Em termos de hardware e comunicações merece destaque a aquisição da infra-estrutura física para implantação da solução de banca remota, nomeadamente o bastidor técnico com UPS, servidores para alojamento da plataforma, sistema físico de dupla segurança de *firewalls* e sistema de comunicações (*routers*). Ainda para permitir o funcionamento deste novo serviço, tão importante para satisfação dos nossos clientes, foram adquiridas infra-estruturas de comunicações com a tecnologia disponível mais avançada.

Prosseguindo na constante actualização do equipamento instalado, foi adquirido diverso material informático merecendo especial realce a substituição de todas as certificadoras em serviço na instituição.

7.3 – Meios de pagamento

Prosseguiu o processo de migração de cartões com pista magnética, para cartões EMV, iniciado no ano transacto, estando praticamente concluído o processo.

Este segmento de cartões registou um crescimento superior ao do mercado.

Quanto aos cartões de crédito verificou-se a consolidação do processo de emissão iniciado em 2006.

No segundo semestre de 2007 foi desenvolvida a aplicação do Sistema de Autenticação Forte, potenciando as funcionalidades de segurança permitidas pelos cartões EMV com CAP (*chip authentication program*), no novo serviço de *homebanking*.

No que respeita a terminais, em particular os TPA (terminais de pagamento automático), o ano em análise foi caracterizado por um aumento de número de terminais activos, que cresceram mais de 14 por cento, acompanhando e superando a evolução do mercado.

Os Caixas Automáticos, mantiveram o mesmo número de terminais do ano anterior, mas registaram um crescimento de 8 por cento na quantidade de transacções.

7.4 – Rede de distribuição

No mês de Maio de 2007 procedeu-se à transferência dos serviços da delegação de Monte Real para as novas instalações, propriedade da Caixa e construídas de raiz para a função.

Continuam a decorrer as obras de recuperação do Palácio dos Ataídes que a Caixa adquiriu e que hão-de vir a constituir-se como sede da instituição.

Já teve início a construção nova, acoplada ao palácio, cujos trabalhos têm decorrido em bom ritmo e que vão prosseguir em simultâneo com a recuperação e adaptação do edifício histórico.

7.5 – Dimensão

A evolução dos indicadores que se utilizam para avaliar a dimensão da instituição, em confronto com a do ano anterior, vão no sentido do crescimento da envergadura da Caixa de Leiria.

INDICADORES DE DIMENSÃO	Unidade	2007	2006
Activo líquido do balanço	<i>mil euros</i>	385.181	376.369
Activo líquido médio	<i>mil euros</i>	382.595	372.114
Recursos próprios do balanço	<i>mil euros</i>	39.355	33.866
Recursos próprios médios	<i>mil euros</i>	37.401	32.842
Número de trabalhadores	<i>unidades</i>	111	112
Balcões	<i>unidades</i>	16	16
Contas de D.O. activas	<i>unidades</i>	42.855	41.826
Máquinas multibanco	<i>unidades</i>	25	25
Terminais pagamento automático	<i>unidades</i>	199	174

8. ÁREA SOCIAL

O universo dos associados da Caixa de Leiria registou o seguinte movimento no ano de 2007:

Sócios em 31 de Dezembro de 2006	13 239
Sócios admitidos no ano de 2007	50
	<hr/>
	13 289
Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2007	87
Sócios falecidos e excluídos no ano de 2007	30
	<hr/>
Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2007	13 172

9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

9.1 – Análise e decomposição dos resultados

Em termos de aplicação de novas normas de índole contabilística, merece realce o facto de a contribuição para o Fundo de Pensões do Crédito Agrícola do ano de 2007 ser substancialmente superior à de anos anteriores o que decorre da alteração dos pressupostos pela aplicação da "IAS 19-Benefícios dos empregados" e ainda da recente alteração da Lei da Segurança Social. No entanto os valores envolvidos são na sua grande parte diferidos em custos ao longo de vários exercícios, de acordo com Aviso do Banco de Portugal.

Os resultados operacionais do exercício de 2007 atingiram os 6717 milhares de euros, superiores ao do exercício anterior em 1068 milhares de euros o que corresponde a um crescimento percentual de 18,91 pontos.

Contabilizadas as amortizações, o saldo líquido das provisões e das imparidades, atingiu-se um resultado de exploração antes de impostos de 6734 milhares de euros, 33,24 por cento superior ao do ano de 2006.

Deduzidos os impostos devidos, o lucro do exercício do ano de 2007 cifrou-se em 5541 milhares de euros o que representa um crescimento face ao exercício anterior de 31,23 por cento.

Merece referência o facto de, a um crescimento anual de cerca de 33 por cento nos resultados, corresponder um aumento da carga fiscal respectiva em mais de 51 por cento. A circunstância que mais contribuiu para esta situação foi a aplicação da lei relativa às provisões específicas das empresas do sector bancário, que considera não aceites para efeitos fiscais várias provisões, designadamente as destinadas a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

DISCRIMINAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

(milhares de euros)

Impacto positivo		Impacto negativo	
Origem	Valor	Origem	Valor
Margem financeira	1.645	Gastos com pessoal	86
Resultados de serviços e comissões	15	Outros resultados de exploração	445
Gastos gerais administrativos	51	Outros resultados	112
Amortizações do exercício	48	Provisões p/ riscos gerais de crédito, líquidas reposições e anulações	30
Provisões p/ crédito cobr. Duvidosa e crédito vencido, líquidas de reposições e anulações	702	Imparidade de outros activos	108
TOTAL	2.461	TOTAL	781

Variação = 1680

Para uma melhor compreensão da formação deste resultado, vejamos o comportamento das variáveis que o influenciam.

Variáveis com impacto positivo:

- Os juros e rendimentos similares cresceram mais aceleradamente do que os juros e encargos similares, com o consequente aumento da margem financeira;
- O saldo entre os rendimentos de serviços e comissões e os encargos de serviços e comissões foi mais favorável no ano em análise;
- Os gastos gerais administrativos apresentaram saldo inferior ao ano transacto;
- As amortizações do exercício também diminuíram;
- Em termos líquidos os saldos de provisões diminuíram.

Variáveis com impacto negativo:

- Os gastos com pessoal foram superiores aos do ano anterior;
- As contas que se agrupam nas rubricas "outros resultados de exploração" e "outros resultados" viram os seus saldos decrescer;

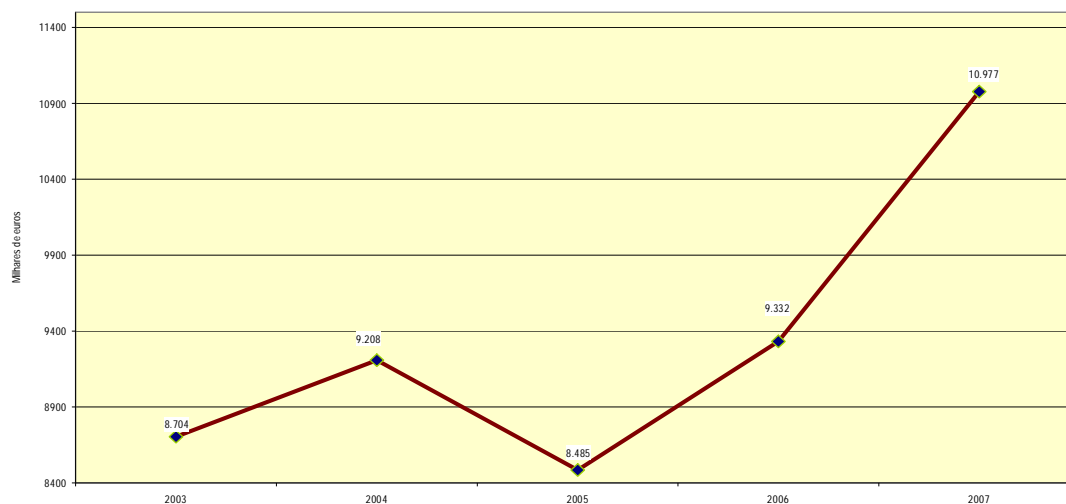
- O valor líquido das provisões para riscos gerais de crédito e das imparidades foi superior ao do exercício anterior.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

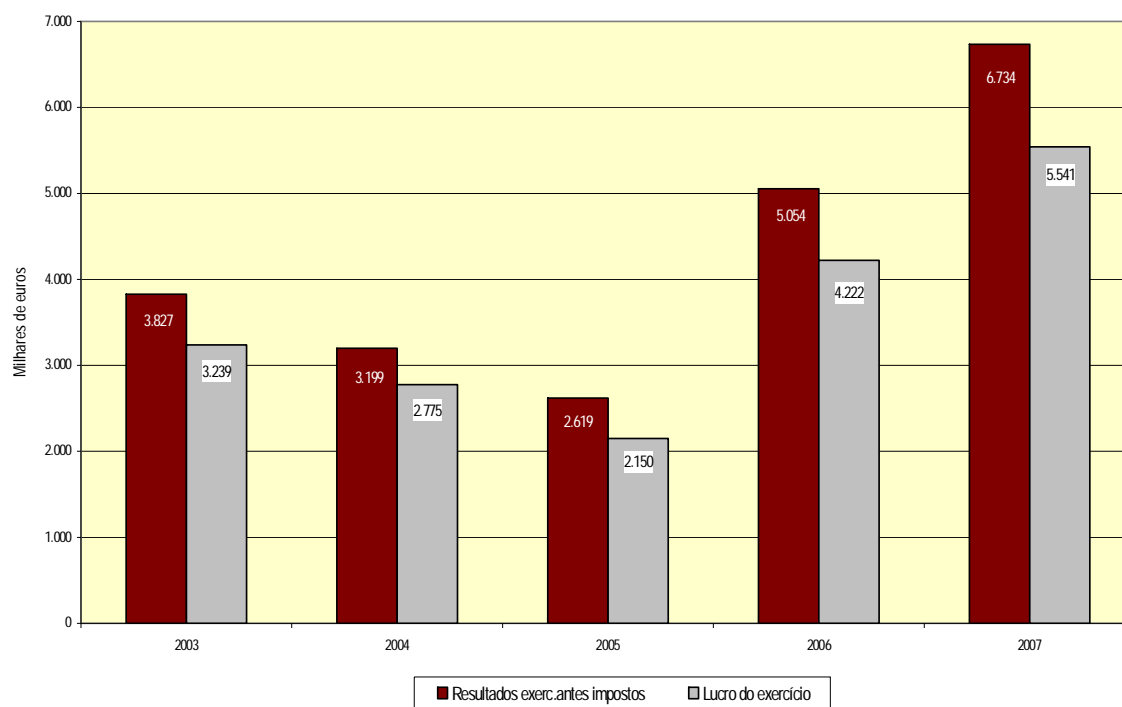
(milhares de euros)

Rubricas	2007	2006	Variação	
			Valor	%
1 Juros e rendimentos similares	19.324	15.706	3.618	23,04
2 Juros e encargos similares	8.347	6.374	1.973	30,96
3 MARGEM FINANCEIRA (1-2)	10.977	9.332	1.645	17,62
4 Rendimentos de instrumentos de capital	11	9	2	18,41
5 Rendimentos de serviços e comissões	1.072	995	77	7,78
6 Encargos com serviços e comissões	308	246	62	25,09
7 Result activos e passivos av. justo valor através dos resultados	0	0	0	-
8 Resultados activos financeiros disponíveis p/ venda	-49	64	-114	-176,57
9 Resultados de reavaliação cambial	9	9	0	0,56
10 Resultados de alienação de outros activos	3	4	0	-10,96
11 Outros resultados de exploração	271	716	-445	-62,11
12 PROD. BANCÁRIO EXPLORAÇÃO (3+4+5-6+7+8+9+10+11)	11.986	10.883	1.103	10,14
13 Gastos com o pessoal	3.950	3.865	86	2,22
14 Gastos gerais administrativos	1.318	1.369	-51	-3,71
15 GASTOS ADMINISTRATIVOS (13+14)	5.268	5.234	35	0,67
16 RESULTADO OPERACIONAL (12-15)	6.717	5.649	1.068	18,91
17 Amortizações do exercício	418	465	-48	-10,30
18 Provisões líquidas de reposições e anulações	-34	-64	30	-47,43
19 Reposição e anulação de provisões	-557	145	-702	-485,47
20 Imparidade outros activos financ líq reversões e recuperações	0	0	0	-
21 Imparidade outros activos líquida reversões e recuperações	157	49	108	219,84
22 RESULT. EX. ANTES DE IMPOSTOS (16-17-18-19-20-21)	6.734	5.054	1.680	33,24
23 Impostos correntes	1.301	857	443	51,72
24 Impostos diferidos	-108	-26	-82	321,51
25 LUCRO DO EXERCÍCIO (22-23-24)	5.541	4.222	1.319	31,23

EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA



RESULTADOS DO EXERCÍCIO



9.2 – Produto bancário

O produto bancário de exploração cresceu no exercício mais de 10 pontos percentuais em consequência do bom desempenho da margem financeira.

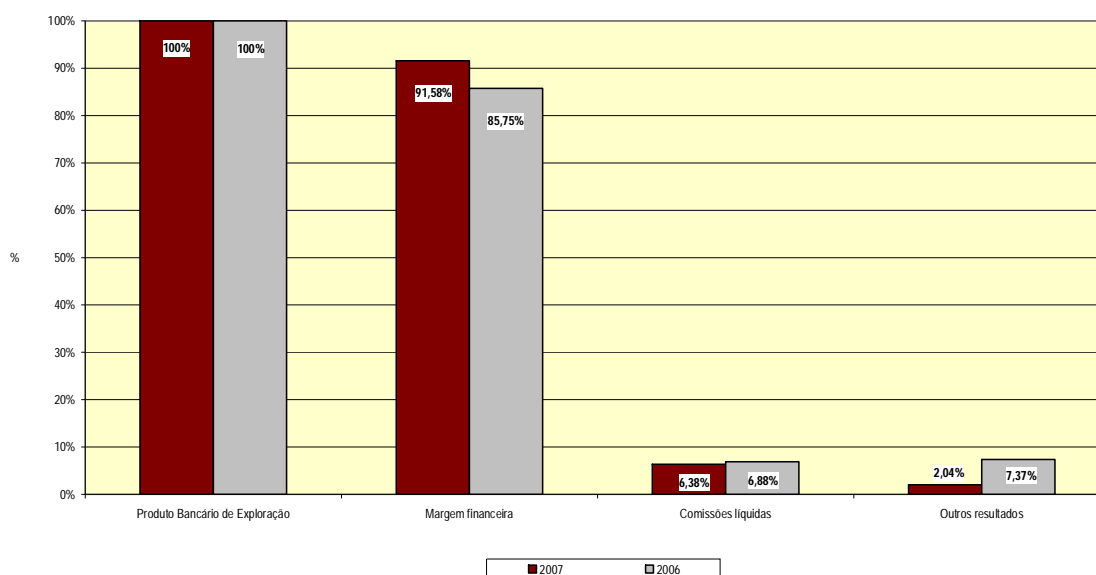
Apesar de o montante de crédito concedido não ter crescido no ano em análise, foi possível através de outras aplicações alternativas e de uma política de taxas activas e passivas harmoniosa, fazer crescer o resultado financeiro em mais de 17 pontos de percentagem em relação ao exercício anterior.

FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

	2007		2006		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem financeira	10.977	91,58	9.332	85,75	1.645	17,62
Comissões	764	6,38	749	6,88	15	2,01
Outros resultados	245	2,04	802	7,37	-557	-69,45
Produto Bancário de Exploração	11.986	100,00	10.883	100,00	1.103	10,14

FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

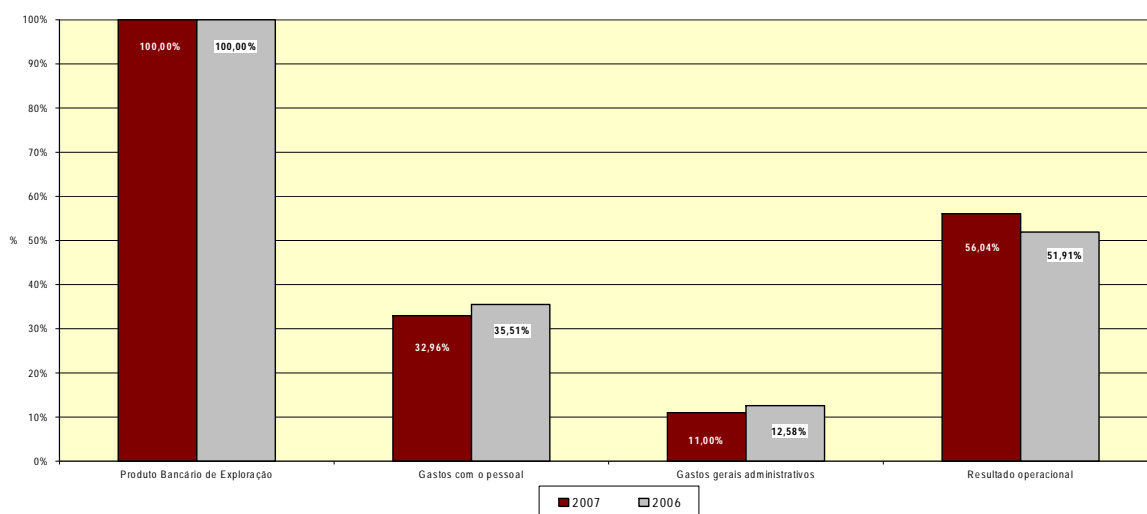


APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

	2007		2006	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	3.950	32,96	3.865	35,51
Gastos gerais administrativos	1.318	11,00	1.369	12,58
Resultado operacional	6.718	56,04	5.649	51,91
Produto Bancário de Exploração	11.986	100,00	10.883	100,00

APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO



9.3 – Eficiência

O indicador que relaciona os custos de estrutura com o produto bancário, o denominado rácio “cost-to-income” decresceu para os 47,44 por cento o que significa uma considerável melhoria em termos de evolução do mesmo.

O valor atingido por este importante indicador pode ser considerado muito favorável, dentro do panorama do sector bancário.

Cálculo do rácio de eficiência total (cost-to-income)

	Unidade	2007	2006
Gastos com o pessoal	mil euros	3.950	3.865
Gastos gerais administrativos	mil euros	1.318	1.369
Amortizações do exercício	mil euros	418	465
Custos de funcionamento (A)	mil euros	5.686	5.699
Produto bancário (C)	mil euros	11.986	10.883
RÁCIO COST-TO-INCOME (A/C)	%	47,44	52,37

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA

(milhares de euros)

Contas	2007	2006	Variação	
			Valor	%
1. Gastos com pessoal	3.950	3.865	85	2,20
Remuneração de órgãos de gestão e fiscalização	295	283	12	4,08
Remuneração de empregados	2.751	2.705	46	1,69
Encargos sociais obrigatórios	792	762	30	3,93
Outros custos com pessoal	112	115	-3	-2,61
2. Gastos gerais administrativos	1.318	1.369	-51	-3,71
Fornecimento de terceiros	195	314	-119	-37,86
Rendas e alugueres	27	27	0	1,79
Comunicações	338	237	101	42,79
Deslocações, estadas e representações	68	76	-8	-10,53
Publicidade e edição de publicações	37	40	-3	-8,30
Conservação e reparação	139	47	92	197,98
Transportes	2	2	0	-
Formação de pessoal	4	9	-5	-55,56
Seguros	27	26	1	4,00
Serviços especializados	322	415	-93	-22,50
Outros serviços de terceiros	159	176	-17	-9,66
3. Amortizações do exercício	418	465	-47	-10,11
Imóveis	121	114	7	6,27
Equipamento	221	244	-23	-9,43
Software	76	107	-31	-28,97
4. TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA	5.686	5.699	-13	-0,23
5. PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO	11.986	10.883	1.103	10,14
Margem financeira	10.977	9.332	1.645	17,62
Resultado de comissões e de outros	1.009	1.551	-542	-34,92
6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5)	47,44%	52,37%	-4,93	p.p.
				-9,41

EFICIÊNCIA RELATIVA

(em percentagem)

Rácios	2007	2006	Variação	
			Valor	em %
1. Gastos com pessoal / Prod. bancário exploração	32,96	35,51	-2,55	p.p. -7,19
2. Gastos gerais administrativos / Produto bancário	11,00	12,58	-1,58	p.p. -12,57
3. Amortiz. exercício / Produto bancário Exploração	3,48	4,28	-0,80	p.p. -18,70
4. RÁCIO COST-TO-INCOME (1+2+3)	47,44	52,37	-4,93	p.p. -9,41

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO	Unidade	2007	2006
Activo líquido / n.º de trabalhadores	mil euros	3.470	3.360
Custos administrativos / activo líquido	%	1,37%	1,39%
Depósitos / n.º empregados	mil euros	2.973	2.879
Gastos com pessoal / Recursos alheios	%	1,19%	1,17%
Produto bancário Exploração / n.º empregados	mil euros	108	97
Volume de negócios / n.º empregados	mil euros	6.421	6.227
Total de empregados / n.º balcões	em n.º	6,9	7,0

A generalidade dos indicadores que avaliam a eficiência da Caixa de Leiria são satisfatórios e tendencialmente favoráveis, como bem se comprova pela análise dos quadros apresentados.

9.4 – Rendibilidade

INDICADORES DE RENDIBILIDADE	Unidade	2007	2006
A. Margem de lucro (ml)	%	24,13%	22,17%
B. Rendimento dos activos (ra)	%	6,00%	5,12%
C. Rendibilidade do activo líquido (ROA) = (ml) x (ra)	%	1,45%	1,13%
D. Relação Activo líq. médio / Recursos próprios médios	n.º	10,23	11,33
E. Rendibilidade dos recursos próprios (ROE)	%	14,81%	12,86%
F. Resultados antes impostos / Activo líquido médio	%	1,76%	1,36%
G. Produto bancário / Activo líquido médio	%	3,13%	2,92%
H. Resultados antes impostos / Recursos próprios médios	%	18,00%	15,39%

A. Resultados do exercício / Proveitos totais

B. Proveitos totais / Activo líquido médio

E. ROE = C x D

10. INDICADORES PRUDENCIAIS

INDICADORES PRUDENCIAIS	Unidade	2007	2006
Rácio de liquidez	%	105,80	106,50
Rácio de solvabilidade	%	25,40	22,89
Imobilizado líquido / fundos próprios	%	25,99	27,15
Provisões crédito / crédito e juros vencidos	%	98,24	95,54
Provisões para riscos gerais crédito / crédito concedido	%	1,00	1,01

O rácio de solvabilidade e o rácio que compara os fundos próprios com o imobilizado líquido cifraram-se em valores que superam largamente os valores de referência que se encontram determinados.

Os restantes indicadores revelam índices perfeitamente adequados às normas prudenciais recomendadas.

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS (a)

Rubricas	2007	2006	(milhares de euros)	
			Variação	
			Valor	%
Fundos próprios base elegíveis	41.485	38.301	3.184	8,32
Fundos próprios complementares elegíveis	1.759	1.206	553	45,81
Deduções	778	660	118	17,88
1. Fundos próprios elegíveis	42.466	38.847	3.619	9,32
2. Activos e elementos extrapatrimoniais ponderados	167.186	169.685	-2.499	-1,47
3. Requisitos de fundos próprios	13.375	13.575	-200	-1,47
4. Fundos próprios disponíveis (1-3)	29.092	25.272	3.819	15,11
5. RÁCIO DE SOLVABILIDADE (1 / (3 x 12,5))	25,40%	22,89%	2,51 p.p.	10,95

ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (a)

Rubricas	2007	2006	(milhares de euros)	
			Variação	
			Valor	%
1. Fundos próprios de base	41.485	38.301	3.184	8,32
2. Requisitos de fundos próprios x (12,5)	167.186	169.685	-2.499	-1,47
3. Rácio de adequação dos Fundos P. base (Tier 1)	24,81%	22,57%	2,24 p.p.	9,93

a) De acordo com as determinações do Banco de Portugal (Instrução 16/2004)

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2007, no montante 5 540 676,92 euros, propõe-se a seguinte distribuição:

	(em euros)
▪ Cobertura de resultados transitados negativos (derivados de ajustamentos pela aplicação das NCA's)	37 391,96
▪ Reserva legal	3 000 000,00
▪ Reserva especial	2 502 284,96
▪ Reserva para educação e formação cooperativa	500,00
▪ Reserva para mutualismo	500,00

Se esta proposta de distribuição dos excedentes líquidos merecer a aprovação da Assembleia-geral, a situação líquida da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passa a discriminar-se assim:

Capital Social	25 122 140,00
Reservas	14 232 431,70
Reserva legal	8 000 000,00
Reserva para educ.e form. Cooperativa	16 000,00
Reserva para mutualismo	23 000,00
Reservas resultantes da valorização ao justo valor	(1 388 560,40)
Reserva de reavaliação legais	651 305,98
Reservas por impostos diferidos	151 860,72
Reserva especial	6 778 825,40
Situação líquida	39 354 571,70

Nota final:

Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.

Leiria, 29 de Fevereiro de 2008

A Direcção

Balanço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2007

€

	Notas/ /Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11	9,574,976		9,574,976	9,460,786
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12	7,757,670		7,757,670	10,645,587
Activos financeiros detidos para negociação					
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
Activos financeiros disponíveis para venda	13	23,402,917	0	23,402,917	19,934,312
Aplicações em instituições de crédito	14	199,876,221	0	199,876,221	193,404,442
Crédito a clientes	15	139,407,736	9,806,197	129,601,539	130,218,643
Investimentos detidos até à maturidade					
Activos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura					
Activos não correntes detidos para venda	16	3,929,678	206,601	3,723,077	3,745,759
Propriedades de investimento					
Outros activos tangíveis	17	14,046,951	5,442,912	8,604,039	7,857,034
Activos intangíveis	18	1,532,464	1,120,701	411,763	124,185
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos por impostos correntes					
Activos por impostos diferidos	29	668,692		668,692	538,636
Outros activos	19	1,592,795	32,654	1,560,141	439,321
Total de Activo		401,790,100	16,609,065	385,181,035	376,368,705

O Responsável pela Contabilidade

A Direcção

Balanço em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2007

€

	Notas/ /Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Passivo			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito	20	2,676,810	7,725,382
Recursos de clientes e outros empréstimos	21	330,034,600	322,396,109
Responsabilidades representadas por títulos			
Passivos financeiros associados a activos transferidos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões	22	1,389,787	1,423,462
Passivos por impostos correntes	28	332,545	376,725
Passivos por impostos diferidos	29	43,419	44,850
Instrumentos representativos de capital	24	8,227,037	8,668,865
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	23	3,122,266	1,867,658
Total de Passivo		345,826,464	342,503,051
Capital			
Capital	24	25,122,140	24,130,715
Prémios de emissão			
Outros instrumentos de capital			
Ações próprias			
Reservas de reavaliação	25	-585,394	-579,602
Outras reservas e resultados transitados	25	9,277,148	6,092,463
Resultado do exercício		5,540,677	4,222,078
Dividendos antecipados			
Total de Capital		39,354,571	33,865,654
Total de Passivo + Capital		385,181,035	376,368,705

O Responsável pela Contabilidade

A Direcção

Demonstração de Resultados em base individual (NCA)

31 de Dezembro de 2007

		€	
	Notas/ /Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	2	19,323,676	15,705,686
Juros e encargos similares	2	8,347,095	6,373,785
Margem Financeira		10,976,581	9,331,901
Rendimentos de instrumentos de capital	3	11,009	9,297
Rendimentos de serviços e comissões	4	1,072,277	994,881
Encargos com serviços e comissões	4	308,176	246,368
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	-49,314	64,402
Resultados de reavaliação cambial	6	8,566	8,518
Resultados de alienação de outros activos	7	3,435	3,858
Outros resultados de exploração	8	271,384	716,176
Produto bancário		11,985,762	10,882,665
Custos com pessoal	9	3,950,388	3,864,746
Gastos gerais administrativos	10	1,317,974	1,368,789
Amortizações do exercício	17 e 18	417,508	465,443
Provisões líquidas de reposições e anulações	26	-33,675	-64,054
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	15 e 27	-557,582	144,649
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	16	157,391	49,210
Resultado antes de impostos		6,733,758	5,053,882
Impostos			
Correntes	28	1,300,840	857,369
Diferidos		-107,759	-25,565
Resultado após impostos		5,540,677	4,222,078
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0

O Responsável pela Contabilidade

A Direcção

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NCA'S

NOTA INTRODUTÓRIA

A CCAM de Leiria (adiante apenas designada por "CCAM") foi constituída em 3 de Janeiro de 1915, tem actualmente como âmbito de acção e actividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de dezasseis balcões ligados "on line" entre si e a sede.

A CCAM é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no Aviso n.º 6/99 do Banco de Portugal, bem como operações de crédito com finalidades diferentes das previstas no RJCAM, com os limites estabelecidos pela Instrução n.º 31/99 do Banco de Portugal.

A CCAM fez parte do "Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo" (SICAM), tendo a sua exoneração sido averbada pelo Banco de Portugal em 2001.03.27.

Até ao exercício de 2005, inclusive, a CCAM preparou as suas contas de acordo com a Instrução nº 4/96 (PCSB), tendo passado a aplicar as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) a partir do exercício de 2006. Neste exercício de 2007 passou a aplicar a IAS 19 – Benefícios dos Empregados, na contabilização das responsabilidades com o Fundo de Pensões, bem como das responsabilidades com encargos de saúde pós-emprego (SAMS), à semelhança do tratamento que já tinha sido dado às responsabilidades com prémios de antiguidade, no exercício de 2006.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) Bases de Apresentação

Os valores apresentados estão expressos em euros.

Para os períodos até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras da CCAM, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário (“PCSB”) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

A partir do exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso nº 1/2005, de 28 de Fevereiro.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso nº 1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

As matérias reguladas no Aviso nº 1/2005 são, em síntese, as seguintes:

A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- a) Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de activos financeiros;
- b) A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados;
- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos reituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objecto de correcção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico, os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal nº 6/2005, de 28 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;
- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vincendas de uma mesma operação de crédito, nas condições do nº 4º do

Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal;

- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.

A.2 - RESTANTES ACTIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes activos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso nº 3/95 e na Instrução nº 7/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

A.3 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verificarem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que os ajustamentos de valor daí resultantes serão incorporados em sub-rubrica apropriada da conta “Reservas de reavaliação legais”.

B) Principais Políticas Contabilísticas

B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associado prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações registados em resultados ao longo da sua vida.

B2 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo excepções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transacção directamente atribuíveis, com excepção dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transacção são de imediato reconhecidos em resultados.

B2.1 - ACTIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transaccionados em mercados activos classificados como de negociação.

Estes activos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transacções registados em resultados; os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

B2.2 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica “reservas de reavaliação de justo valor” (excepto no caso de perdas de imparidade) até que o activo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados à taxa de juro nominal.

B3 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efectuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes activos não são objecto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido.

B4 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respectiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	3 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

B5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros activos intangíveis, cujo impacto se repercute para

além do exercício em que são gerados. Estes activos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

B6 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica residual inclui todos os activos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução nº 7/2005 de que os activos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.

B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido actual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

B8 -PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da actividade. O seu reconhecimento efectua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

B9- IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a *CCAM*, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Até ao exercício de 2000 inclusive a *CCAM* era tributada pelo lucro consolidado apurado pelo processo de consolidação fiscal de contas da *Caixa Central* com as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas. Desde 2001, tal como no exercício actual a *CCAM* foi tributada em base individual ao abrigo do Estatuto Fiscal Cooperativo (EFC). Para o apuramento da repartição dos custos pelas actividades à taxa reduzida de 20% (abrangidas pelo EFC) e à taxa geral 25% (excluídas do EFC), a *CCAM* elaborou um normativo interno que explicita os critérios seguidos no seu apuramento.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da *CCAM* durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda susceptíveis de revisão.

B10- RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

B10.1 – FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Colectivo de Trabalho das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACT)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao ACT, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

O valor global das *responsabilidades com pensões e outros benefícios*, encontra-se, consoante a respectiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Activos. O valor correspondente ao exercício de 2007, no montante de 456.679 euros, por ter natureza devedora, é apresentado na rubrica Outros Activos.

Nos termos do n.º 2 do n.º 11.º do Aviso n.º 12/2001, as instituições de crédito que apliquem as NCA's, devem divulgar em nota adequada do anexo às contas, diversa informação relativa às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, a qual será detalhada mais adiante na Nota 19.

B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

No termos do ACT a CCAM assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no activo, que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

De acordo com a Carta Circular 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006, a CCAM reconheceu em Outros Passivos, aquelas responsabilidades. O acréscimo do exercício, no montante de

54.822 euros, foi apurado com base nos critérios utilizados pelo Crédito Agrícola (Circular DCCC/03/2008). No mesmo período, foi colocado à disposição dos beneficiários o total de 8.416 euros (ver Nota 9).

B10.3 – ENCARGOS COM O SAMS

Nos termos da IAS 19 – Benefícios dos Empregados, no exercício de 2007 a CCAM reconheceu em Outros Passivos, o valor das responsabilidades pela obrigação de pagar encargos de saúde pós-emprego (SAMS), relativamente aos seus empregados, cujo montante estimado a 31 de Dezembro de 2006 ascendia a 671.358 euros. Este impacto será relevado em resultados transitados ao longo de sete anos; reconheceu ainda a variação negativa daquelas responsabilidades no exercício, no montante de 75.462 euros (ver Nota 23).

B11 – CAPITAL

Nos termos do artº 14º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.481.968,46); prevê ainda um capital mínimo a subscrever em títulos de capital por cada associado (i.e. até 1998-12-31 € 249, após essa data € 498).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do artº 17º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Sempre que existam títulos de capital “extraordinário” sujeitos a remuneração, o montante total destes títulos, acrescido dos respectivos juros corridos, é reclassificado para a respectiva rubrica de Passivo, “Instrumentos representativos de capital”.

B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Na sequência da exoneração do *Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM)* a CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*. Este foi constituído em Novembro de 1994

com o objectivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante “até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte”) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 15% para o exercício de 2007 (15% também em 2006).

Em 2007, a taxa contributiva de base aplicável é de 0,03%, sendo a respectiva contribuição de 63.628 euros, reconhecida em custos de forma linear ao longo do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2007, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor 600.000 euros em OT 3,25% – Julho 2004-2008, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com o Fundo de Garantia de Depósitos.

B13 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

B14 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base na taxa de câmbio no dia da operação; as existências no final do ano foram convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2007, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

B15 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce directa ou indirectamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é superior a 20%.

NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais	251,237	174,237
Juros de disponibilidades e aplicações em Instituições Financeiras	9,624,430	6,834,626
Juros de Crédito	8,564,740	8,046,570
Juros de Activos Financeiros disponíveis para Venda	866,904	650,253
Outros Juros e Rendimentos Similares	16,365	
	19,323,676	15,705,686
Juros e Encargos Similares		
Juros de Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	357,938	366,078
Juros de Depósitos de Clientes	7,574,639	5,651,342
Outros Juros e Encargos Similares	414,518	356,365
	8,347,095	6,373,785
Margem Financeira	10,976,581	9,331,901

NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2007	31-12-2006
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	11,009	9,297
	11,009	9,297

NOTA 4 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Por garantias prestadas	105,407	112,692
Por serviços bancários prestados	864,383	797,940
Por operações realizadas por conta de terceiros	54,979	35,020
Outras comissões recebidas	47,508	49,229
	1,072,277	994,881
Encargos com Serviços e Comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	223,309	182,269
Por operações realizadas por terceiros	0	0
Outras comissões pagas	84,867	64,099
	308,176	246,368

NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2007			31-12-2006		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Instrumentos de Dívida						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública	126,960	176,274	-49,314	69,154	4,752	64,402
	126,960	176,274	-49,314	69,154	4,752	64,402

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007			31-12-2006		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
Reavaliação Cambial						
Ganhos/Perdas Diferenç.Câmbio	13,082	4,516	8,566	14,526	6,008	8,518
	13,082	4,516	8,566	14,526	6,008	8,518

NOTA 7 – RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2007	31-12-2006
Resultado de Alienação de Outros Activos		
Activos Não Correntes Detidos para Venda	0	0
Outros Activos Tangíveis	3,435	3,858
	3,435	3,858

NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Outros Proveitos Operacionais		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais	608,272	922,064
	608,272	922,064
Outros Custos Operacionais		
Impostos Directos e Indirectos	85,771	9,550
Quotizações e Donativos	161,288	126,537
Contribuições para o FGD	63,628	60,867
Outros Encargos e Gastos Operacionais	26,201	8,934
	336,888	205,888
	271,384	716,176

NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Vencimentos e Salários		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	294,606	283,055
Remuneração Empregados	2,751,062	2,705,238
Encargos Sociais Obrigatórios		
Segurança Social	563,905	561,118
SAMS	157,205	155,577
Fundo de Pensões	39,825	21,037
Outros Encargos Obrigatórios	30,728	23,998
Outros Custos com o Pessoal		
Serviços Clínicos	4,600	4,600
Contribuições para Associações de Empregados	17,390	15,780
Prémios de Antiguidade	54,822	29,947
Outros	36,245	64,396
	3,950,388	3,864,746

NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Água, Energia e Combustíveis	86,981	82,000
Material de Consumo Corrente	89,725	199,375
Publicações	1,953	3,025
Material de Higiene e Limpeza	4,159	4,335
Outros Fornecimentos de Terceiros	12,301	25,259
Rendas e Alugueres	27,344	26,863
Comunicações	337,780	236,564
Deslocações Estadas e Representação	67,686	76,489
Publicidade e Edição de Publicações	36,894	40,235
Conservação e Reparação	138,911	46,618
Transportes	2,391	1,691
Formação de Pessoal	4,359	8,642
Seguros	26,984	25,947
Serviços Especializados		
Avenças e Honorários	32,501	20,986
Judiciais Contencioso e Notariado	75,185	86,480
Informatica	104,279	120,319
Limpeza	58,295	58,645
Informações	175	396
Outros Serviços Especializados	51,490	128,564
Outros Serviços de Terceiros	158,581	176,356
	1,317,974	1,368,789

NOTA 11 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2007	31-12-2006
Caixa	3,817,918	3,636,830
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais		
Banco de Portugal	5,757,058	5,823,956
	9,574,976	9,460,786

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

NOTA 12 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País		
Depósitos à ordem	5,782,552	7,538,436
Cheques a Cobrar	1,975,118	3,107,151
	7,757,670	10,645,587

NOTA 13 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2007						
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	22,527,548	22,214,790	-25,135		377,718		22,189,655
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Acções	50,725	1,213,262					1,213,262
Outras							
	22,578,273	23,428,052	-25,135	0	377,718	0	23,402,917

31-12-2006							
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	18,697,713	18,622,725	98,325		316,223		18,721,050
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Ações	50,725	1,213,262					1,213,262
Outras							
	18,748,438	19,835,987	98,325	0	316,223	0	19,934,312

NOTA 14 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Aplicações em Instituições de Crédito no País		
Depósitos	198,751,139	192,224,600
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	1,125,082	1,179,842
	199,876,221	193,404,442

NOTA 15 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2007	31-12-2006
Credito Interno + Juros		
Empresas e Administrações Publicas		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos	2,729,824	2,806,676
Empréstimos	40,914,170	40,622,051
Créditos em Conta Corrente	8,874,190	8,477,783
Descobertos em Depósitos à Ordem	11,376	71,233
Particulares		
Habitação	41,584,032	40,578,229
Consumo	5,850,834	6,680,351
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeito	676,863	817,699
Empréstimos	26,504,586	27,489,957
Créditos em Conta Corrente	863,666	656,236
Descobertos em Depósitos à Ordem	2,186	434
	128,011,727	128,200,649
Credito e Juros Vencidos		
Empresas e Administrações Publicas	7,969,782	9,626,224
Particulares		
Habitação	707,963	801,789
Consumo	368,880	418,890
Outras Finalidades	2,340,890	2,491,307
Juros Vencidos a Regularizar	8,494	6,949
	11,396,009	13,345,159
Provisões Acumuladas		
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	-65,412	-78,162
Para Crédito Vencido	-9,740,785	-11,249,003
	-9,806,197	-11,327,165
	129,601,539	130,218,643

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, foram os seguintes:

	31-12-2007	31-12-2006
Saldo Inicial	11,327,165	9,988,782
Dotações	961,872	1,266,502
Utilizações	963,385	21,415
Reversões	1,519,455	1,121,853
Transf. de Reservas	0	1,215,149
Saldo Final	9,806,197	11,327,165

NOTA 16– ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2007	31-12-2006
Activos Não Correntes Detidos para Venda		
Imoveis	3,924,690	3,789,981
Outros Activos	4,988	4,988
Provisões para Imparidade - Activos Não Financeiros		
Outros Activos Tangiveis	-206,601	-49,210
	3,723,077	3,745,759

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

	31-12-2007	31-12-2006
Saldo Inicial	49,210	1,010,842
Dotações	157,391	49,210
Utilizações	0	0
Reversões	0	0
Transf. para Reservas	0	1,010,842
Saldo Final	206,601	49,210

NOTA 17 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2007	31-12-2006
Imóveis		
De Serviço Próprio	5,323,923	4,791,234
Obras em Imóveis Arrendados	0	4,341
Equipamento		
Mobiliário e Material	25,034	34,256
Maquinas e Ferramentas	13,954	8,163
Equipamento Informático	215,225	81,475
Instalações Interiores	84,989	103,124
Material de Transporte	90,089	121,132
Equipamento de Segurança	167,981	198,270
Outro Equipamento	0	0
Outros Activos Tangíveis		
Diversos	0	0
Património Artístico	14,932	17,361
Activos Tangíveis em Curso		
Imóveis	2,643,778	2,465,767
Equipamento	24,134	31,911
	8,604,039	7,857,034

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outros Activos Tangíveis	Activos Tangíveis em Curso	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2006	4,795,576	546,420	17,361	2,497,677	7,857,034
Compras	1,021	261,355	250	825,819	1,088,445
Abates (Líquido)					0
Amortizações do Exercício	120,481	218,280	2,679		341,440
Transferências	647,807	7,777		-655,584	0
Saldo Líquido a 31-Dez-2007	5,323,923	597,272	14,932	2,667,912	8,604,039

NOTA 18 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Outros Activos Intangíveis		
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	113,199	117,637
Outros Activos Intangíveis	0	0
Activos Intangíveis em Curso	298,564	6,548
	411,763	124,185

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Sistemas de Tratamento Automático de Dados	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em Curso	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2006	117,637	0	6,548	124,185
Compras	71,630		292,016	363,646
Abates (Líquido)				0
Amortizações do Exercício	76,068			76,068
Transferências				0
Regularizações				0
Saldo Líquido a 31-Dez-2007	113,199	0	298,564	411,763

NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2007	31-12-2006
Devedores e Outras Aplicações		
Aplicações Diversas	275	275
Devedores Diversos	83,250	61,279
Outros Activos		
Outros Metais Preciosos, Numismática e Meda.	77	77
Rendimentos a Receber		
Outros Rendimentos a Receber	8,714	9,072
Despesas com Encargo Diferido		
Outras Despesas com Encargo Diferido	721,494	61,543
Responsab. com Pensões e Out. Benefícios		
Valor Patrimonial do Fundo de Pensões	1,015,634	0
Desvios Actuarias	357,195	0
Responsabilidades Totais	-916,150	0
Outras Contas de Regularização		
Outras Operações a Regularizar	289,652	307,075
	1,560,141	439,321

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, apresentadas nesta rubrica, estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo, do qual é Associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A..

A avaliação actuarial contempla os trabalhadores no activo, reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM). De acordo com as Cláusulas 109.º, 110.º e 111.º do ACT, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e actualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento. Em 31 de Dezembro de 2007, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuía-se de acordo com o seguinte quadro:

Trabalhadores no Activo

Número de participantes	111
Número de participantes com idade igual ou superior a 65 anos	1
Idade média	40.6
Antiguidade média na banca	14.4
Salário médio anual	22,260.33 €
Folha anual de salários	2,470,896.26 €

Licenças sem Vencimento

Número de participantes	1
Idade média	33.7
Antiguidade média na banca	11.5
Salário médio anual	20,895.56 €
Folha anual de salários	20,895.56 €

Reformados e Pensionistas

Número de beneficiários	9
Idade média	69.4
Pensões anuais	27,845.34 €
Pensão média anual a cargo do Fundo	3,093.93 €

Na avaliação actuarial, foram considerados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

Pressupostos Financeiros

Taxa de crescimento salarial futura	3%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	4.5%
Taxa de desconto	5.25%
Taxa de crescimento das pensões	2%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social - Dec. Lei n.º 35/02	2.25%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social - Dec. Lei n.º 329/93	2%

Pressupostos Demográficos

Tábua de mortalidade	TV - 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80
Idade de reforma	65 anos

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para efeito da presente avaliação actuarial, considerou-se que a esperança média de vida aos

65 anos aumenta um ano em cada período de dez anos.

Para estimação da pensão a cargo do Fundo, utilizou-se a tabela do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.^a do ACT, bem como as diuturnidades até à aposentação, definidas na cláusula 81.^a do mesmo documento.

O método de cálculo utilizado foi o do “Projected Unit Credit”, para as responsabilidades com pensões diferidas de velhice e sobrevivência.

Em 31 de Dezembro de 2007, os valores das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência para os trabalhadores no activo e licenças sem vencimento foram os que seguidamente se indicam:

Responsabilidades	Valores
Reforma por Velhice	
Responsabilidades Totais	1,317,840
Serviços Passados (1)	480,031
Sobrevivência Diferida	
Responsabilidades Totais	25,428
Serviços Passados (2)	25,427
Invalidez	
Responsabilidades Totais	485,078
Serviços Passados (3)	166,293
Sobrevivência Imediata	
Responsabilidades Totais	8,398
Serviços Passados (4)	4,347
Total Serviços Passados (1)+(2)+(3)+(4)	676,098

Relativamente às pensões em pagamento aos actuais reformados e pensionistas, os valores das responsabilidades totais ascendem a 205.482 euros.

De acordo com as normas internacionais de contabilidade, nomeadamente a IAS 19, a desagregação do montante reconhecido como gasto do exercício com as responsabilidades

do Plano de Pensões, assenta nos seguintes valores:

Custo do serviço corrente	28.710
Custo dos juros	23.266
Rendimento esperado dos activos do Fundo	16.365
Acréscimo de responsabilidades com reformas antecipadas.....	0
Ganhos e perdas actuariais	368.310

O movimento ocorrido durante o exercício de 2007 relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados, foi o seguinte:

Responsabilidades em 01-01-2007	496,282
(+) Custo do serviço corrente	28,710
(+) Custo dos juros	23,266
(+/-) Ganhos e perdas actuariais nas responsabilidades	361,167
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	0
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	27,845
Por reformas antecipadas acordadas em 2007	0
Outros	27,845
Responsabilidades em 31-12-2007	881,580

O movimento ocorrido na quota-parte do fundo de pensões referente à CCAM de Leiria, durante o exercício de 2007, foi o que se indica a seguir:

Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2006	397,334
(+) Contribuições efectuadas	636,923
Pela CCAM de Leiria	602,353
Pelos empregados	34,570
(+) Rendimento dos activos do fundo de pensões (líquido)	9,222
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	27,845
Por reformas antecipadas acordadas em 2007	0
Outros	27,845
Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2007	1,015,634

Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, as responsabilidades encontram-se totalmente cobertas, dado que se verifica um excesso de 134.054 euros, sendo o grau de cobertura de 115,21%. Se considerarmos o valor das responsabilidades por amortizar em 31-12-2007, que se cifrava em 128.828 euros, o nível de financiamento (Aviso 4/2005) sobe para 134,92%.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31-12-2007 a decomposição do corredor é a seguinte:

Corredor	101,563
Ganhos e perdas actuariais	368,310
Desvio financeiro	7,143
Desvio actuarial	361,167
Ganhos e perdas actuariais dentro do corredor	101,563
Desvio financeiro dentro do corredor	1,970
Desvio actuarial dentro do corredor	99,593
Ganhos e perdas actuariais fora do corredor	266,747
Desvio financeiro fora do corredor	5,173
Desvio actuarial fora do corredor	261,574
Tempo de serviço médio futuro dos activos do fundo	24
Amortização dos desvios em 2007	11,115
Amortização dos desvios financeiros fora do corredor	216
Amortização dos desvios actuariais fora do corredor	10,899

NOTA 20 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
Recursos de Outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	165,716	176,290
Depósitos a Prazo	2,511,094	7,549,092
	2,676,810	7,725,382

NOTA 21 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2007	31-12-2006
Depósitos de Residentes		
Do Sector Público Administrativo		
Depósitos à Ordem	1,549,298	1,164,770
Depósitos a Prazo	585,767	509,818
De Emigrantes		
Depósitos à Ordem	1,083,756	895,286
Depósitos a Prazo	9,352,924	9,486,583
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	67,894,387	69,929,514
Depósitos a Prazo	199,485,272	190,666,390
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformados	34,786,428	33,260,772
Poupança Outros	1,522,330	1,826,016
Outros	13,303,272	14,125,089
Outros Recursos de Clientes		
Cheques e Ordens a Pagar	471,166	531,871
	330,034,600	322,396,109

NOTA 22 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	Provisão para Riscos Gerais de Crédito	Provisão para Garantias e Compromissos Assumidos	Total
Saldo a 31-Dez-2006	1,206,124	217,338	1,423,462
Dotações	57,494	0	57,494
Utilizações	0	0	0
Reversões	91,169	0	91,169
Saldo a 31-Dez-2007	1,172,449	217,338	1,389,787

NOTA 23 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2007	31-12-2006
Credores e Outros Recursos		
Recursos Diversos	9,948	11,849
Sector Publico Administrativo	345,595	275,335
Cobranças por Conta de Terceiros	5,612	5,641
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	17,549	18,110
Credores Diversos	451,712	195,473
Receitas Com Rendimento Diferido		
Outras Receitas c/ Rendimento Diferido (s/ crédito)	5,530	3,757
Encargos a Pagar		
Outros Encargos a Pagar		
Por Gastos com Pessoal		
Rem. Órgãos Gestão e Fiscalização	49,823	48,774
Remunerações de Empregados	443,587	430,545
Outros Gastos com Pessoal	1,052,508	410,207
Por Gastos Gerais Administrativos	0	10,453
Outras Contas de Regularização		
Outras Contas de Regularização	740,402	457,514
	3,122,266	1,867,658

Os “Outros Gastos com Pessoal”, correspondem ao valor das responsabilidades por serviços passados com contribuições para o SAMS, respeitante a pensões de reforma e sobrevivência, e com prémios de antiguidade futuros, respeitante a trabalhadores no activo e licenças sem vencimento, nos montantes de, respectivamente, 595.896 euros e 456.612 euros, totalizando a quantia de 1.052.508 euros.

NOTA 24 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	Incorporação de reservas	Entradas/Saídas de Sócios	Total
Saldo em 31-Dez-2005 (PCSB)	14,000,000	9,805,210	23,805,210
Reclassificação de títulos de capital extraordinário		-8,677,245	-8,677,245
Saldo em 31-Dez-2005 (NCA)	14,000,000	1,127,965	15,127,965
Emissão de títulos de capital	9,000,000	33,950	9,033,950
Reembolso de títulos de capital		-31,200	-31,200
Saldo em 31-Dez-2006 (NCA)	23,000,000	1,130,715	24,130,715
Emissão de títulos de capital	1,000,000	25,000	1,025,000
Reembolso de títulos de capital		-33,575	-33,575
Saldo em 31-Dez-2007 (NCA)	24,000,000	1,122,140	25,122,140

O montante relativo às emissões de Capital Especial/Extraordinário, foi reclassificado devido à aplicação das NCA, apresentando-se agora na rubrica do passivo "Instrumentos Representativos de Capital", sendo o seu valor nominal em 2007-12-31 de 7.835.785 euros, ascendendo os respectivos juros decorridos a 391.252 euros.

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital da CCAM LEIRIA, C.R.L. encontra-se disperso por 13.172 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35.000 euros (7.000 títulos de capital) no capital da CCAM.

NOTA 25 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Reservas de Reavaliação				
	Reservas de Reavaliação ao Justo Valor	Reservas de Reavaliação Legais	Reservas por Impostos Diferidos	Total
Saldo Final a 31-Dez-2006	-1,327,065	541,365	206,098	-579,602
Constituições	-903,861	108,510	0	-795,351
Anulações	842,366	1,431	-54,238	789,559
Transferências	0	0	0	0
Saldo Final a 31-Dez-2007	-1,388,560	651,306	151,860	-585,394

Outras Reservas				
	Reserva Legal	Reserva Especial	Outras Reservas	Total
Saldo Final a 31-Dez-2006	3,000,000	3,145,739	37,000	6,182,739
Constituições	2,000,000	2,130,801	1,000	4,131,801
Anulações	0	0	0	0
Transferências	0	-1,000,000	0	-1,000,000
Saldo Final a 31-Dez-2007	5,000,000	4,276,540	38,000	9,314,540

Resultados Transitados	
Saldo Final a 31-Dez-2006	-90,276
Cobertura do Saldo Negativo do Exercício Anterior Através dos Resultados Líquidos	90,276
Activos por Impostos Diferidos	23,728
Regularização de Excedentes em Activos por Impostos Diferidos	54,237
Parte do Impacte da IAS 19 no Fundo de Pensões, até 31-12-2006	-18,018
Parte do Impacte da IAS 19 nos Encargos com o SAMS, até 31-12-2006	-95,908
Regularização de Excedentes em Passivos por Impostos Diferidos	-1,431
Saldo Final a 31-Dez-2007	-37,392

NOTA 26 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31-12-2007	31-12-2006
Dotações	57,494	47,237
Reversões	91,169	111,291
Saldo (Dotações - Reversões)	-33,675	-64,054

NOTA 27 – CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES)

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31-12-2007	31-12-2006
Dotações	961,873	1,266,502
Reversões	1,519,455	1,121,853
Saldo (Dotações - Reversões)	-557,582	144,649

NOTA 28 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE OS LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2007 o imposto sobre lucros e a correspondente Derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Estatuto Fiscal Cooperativo e a Lei n.º 53-A/2006, na parte aplicável, apurando-se o montante de 1.300.840 euros, conforme detalhe seguinte:

	31-Dez-07	31-Dez-06
Lucro contabilístico antes de impostos	6,733,758	5,053,882
*Reintegrações e amortizações não aceites	5,667	5,717
*Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	627,864	47,237
*Donativos não previstos ou além dos limites legais	133,950	125,230
*Multas e penalidades	14,510	1,128
*Menos-valias contabilísticas	0	0
*Mais-valias fiscais	1,718	3,858
*40% aumento das reintegrações resultantes de reavaliações	11,094	11,624
*Correcções relativas a exercícios anteriores	10,329	1,893
*Prémios de Antiguidade (Art.º 57.º, n.º 2, h), da Lei n.º 53-A/2006)	46,405	12,957
*Variação patrimonial ref. responsabilidades c/ Fundo Pensões (Art.º 40.º, n.º 13)	-18,018	0
*Redução de provisões tributadas	-29,565	0
*Mais-valias contabilísticas	-3,435	-3,858
*Menos-valias fiscais	0	0
*Rendimentos nos termos do artigo 46.º	-5,504	-4,648
*Benefícios fiscais	-5,163	-9,455
*Alterações na mensuração de activos (Art.º 57.º, n.º 2, j), da Lei n.º 53-A/2006)	-204,609	-208,264
*Encargos de saúde pós-emprego - SAMS (Art.ºs 18.º e 23.º)	-75,462	0
Prejuízo fiscal (Regime Geral)	0	0
Lucro tributável (Regime Geral)	3,287,652	2,307,263
Lucro tributável (Regime de Redução de Taxa)	3,955,887	2,730,038
Prejuízos Fiscais Dedutíveis (Regime Geral)	0	0
Matéria colectável (Regime Geral)	3,287,652	2,307,263
Matéria colectável (Regime de Redução de Taxa)	3,955,887	2,730,038
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável	25.00%	25.00%
Taxa reduzida de imposto sobre o lucro tributável	20.00%	20.00%
Colecta	1,613,090	1,122,823
Deduções à colecta	-441,316	-315,168
Derrama	108,653	111,721
Tributações autónomas	8,310	8,944
Estimativa de impostos sobre os lucros do exercício	1,288,737	928,320
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores	12,103	-70,951
Imposto Corrente sobre os Lucros	1,300,840	857,369
Retenções na fonte	2,201	0
Pagamentos por conta efectuados no exercício	953,991	551,595
IRC a pagar / receber	332,545	376,725
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	19.14%	18.37%

NOTA 29 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	31-12-2007	31-12-2006
Activos por impostos diferidos		
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	92,240	76,726
Reservas result. valoriz. justo valor - Activos adquir. reembolso de crédito	150,050	200,066
Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros	308,378	160,359
Responsabilidades com prémios de antiguidade	112,966	101,485
Responsabilidades com encargos de saúde (SAMS)	5,058	0
Prejuízos fiscais	0	0
Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens)	0	0
Outros	0	0
	668,692	538,636
Passivos por impostos diferidos		
Reservas de reavaliações legais	43,419	44,850
Reinvestimentos de mais-valias fiscais	0	0
Outros	0	0
	43,419	44,850
Impacto total dos impostos diferidos	625,273	493,786

O Responsável pela Contabilidade

A Direcção

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou com assiduidade a actividade da Caixa Agrícola de Leiria, actuando directamente junto dos diversos serviços da instituição e através da documentação de carácter contabilístico e prudencial à qual teve acesso e que analisou nas diversas reuniões que se realizaram ao longo do ano.

O Conselho Fiscal reuniu ordinariamente nos períodos legalmente previstos e extraordinariamente quando tal se justificou.

O órgão fiscalizador desta Caixa procurou manter-se informado da evolução da actividade da instituição, o que foi facilitado pela disponibilidade do órgão de gestão, que se mostrou sempre disponível para prestar todos os esclarecimentos que se consideraram necessários.

Para cumprimento do que se encontra estabelecido, este Conselho emitiu pareceres sobre o Relatório do Controlo Interno elaborado pela Direcção, enviado ao Banco de Portugal, e sobre o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2008.

No âmbito das suas funções analisou com a profundidade devida os mapas de Balanço e Demonstrações de Resultados e outros, correspondentes ao exercício de 2007, o que lhe permitiu conhecer adequadamente o desenvolvimento ao longo do ano da situação económica e financeira da instituição.

O relatório da Direcção referente ao exercício de 2007 afigura-se rigoroso e muito esclarecedor daquilo que foi a actividade da Caixa no ano e mostra-se coerente com os elementos que se recolheram ao longo do referido exercício.

Constatou-se com agrado que a situação financeira da Caixa revela uma evolução favorável, o que facilmente é perceptível pela análise dos mapas comparativos que analisam as diferentes rubricas e os diversos indicadores.

A proposta para aplicação dos resultados cumpre os requisitos legais.

Teve-se acesso aos documentos da Certificações Legais das Contas, tomando-se boa nota do seu teor.

O Revisor Oficial de Contas que presta auditoria externa à Caixa de Leiria, mostrou sempre a maior disponibilidade para colaborar com este Conselho Fiscal.

Assim, face às informações recolhidas no decorrer do trabalho ao longo do ano, da análise da documentação de carácter contabilístico, das informações de carácter prudencial prestadas às entidade de supervisão e dos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, o Conselho Fiscal da Caixa de Leiria é do parecer que:

- Seja aprovado o Relatório da Direcção;
- sejam aprovadas as contas do exercício de 2007;
- seja aprovada a aplicação dos resultados, proposta pela Direcção.

O Conselho Fiscal propõe também a esta Assembleia a aprovação de dois votos de louvor:

- à Direcção da Caixa, pela sua gestão que se mostrou eficaz e rigorosa;
- a todos os trabalhadores que servem a Caixa, dentro dos vários níveis hierárquicos de responsabilidade, sem qualquer distinção, por ser com certeza a eles que também muito se deve o bom desempenho desta pequena instituição bancária, inserida no competitivo e especializado negócio financeiro.

Leiria, 3 de Março de 2008

O Conselho Fiscal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL*, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 385.181.035 euros e um total de capital próprio de 39.354.571 euros, incluindo resultado líquido de 5.540.677 euros), a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

1/2

SEDE | HEAD OFFICE: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 50 - 3º 1070-064 LISBOA - PORTUGAL

Tel. (+351) 217 271 197 | Fax (+351) 217 273 129

E-mail: geral@orasroc.pt

Delegação | Branch: Av. 22 de Maio, nº 24 - Escritório 3 2415-396 LEIRIA - PORTUGAL Tel (+351) 244 822 175 | Fax (+351) 244 822 178



- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

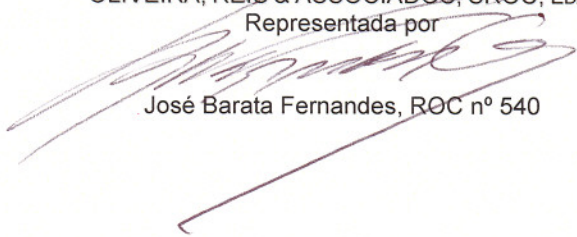
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL*, em 31 de Dezembro de 2007 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.

Lisboa, 3 de Março de 2008

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por


José Barata Fernandes, ROC n.º 540

2/2